

se torna evidente o papel-chave que a beleza ganha na leitura e na subsequente hermenêutica de toda a metafísica bonaventuriana. Retomando uma das epígrafes do livro, concluímos com três versos que dialogam com os *topica* nele tratados: “Lume è là sù che visibile face / lo creatore a quella creatura / che solo in lui vedere ha la sua pace.” (Dante, *Paradiso* XXX, 100-102).

Tomás N. Castro

M. Leonor L. O. XAVIER, *Três Questões Sobre Deus*, Sintra, Zéfiro, 2015.

Este livro resulta de um maturado e profundo envolvimento da autora com o argumento anselmiano. Trata-se de um envolvimento, cujos marcos se expressam já desde 1999 com a sua dissertação de doutoramento *Razão e Ser. Três questões de ontologia em Santo Anselmo*, e em obras como “*O nome anselmiano de Deus*” (2003), Anselme et Bonaventure. Au sujet de l’argument du Proslogion” (2005) e “Do pensável e do impensável na filosofia do Argumento Anselmiano” (2008). Estas, entre outras das suas obras, registam sucessivas revisões interpretativas que, como degraus, ritmam e evidenciam a progressão em profundidade do envolvimento da autora com o tema. A presente obra consiste num exercício de filosofia teológica que pretende adaptar-se ao contexto da nossa actualidade. A obra é composta por três partes que constituem ensaios autónomos, contudo unificados pelo pensamento da autora sobre o tema de Deus a partir do argumento anselmiano.

É desde logo na primeira parte do livro que a autora delinea as fundações metafísicas e explora as articulações lógicas da arquitectura deste argumento. Afastando-se de uma análise estritamente lógica, a autora distingue dois tipos de conteúdos filosóficos que considera decisivos para a compreensão do argumento de Anselmo. O primeiro tipo refere o sentido do nome perifrástico de Deus em *Proslogion*: “algo maior do que o qual nada possa ser pensado”, que Xavier traduz conceptualmente por “o insuperavelmente pensável” e que toma como “nome anselmiano de Deus” (p. 20). O segundo tipo consiste em dois juízos da ordem da existência, que Anselmo não sente a necessidade de justificar e que, por isso, a autora assume como princípios justificativos do argumento de *Proslogion*: o primeiro princípio postula que a existência pensada e real é maior do

que a existência somente pensada. Segundo a autora, a articulação deste princípio com “o insuperavelmente pensável” inviabiliza uma hipótese que cinja a existência de Deus ao domínio do pensamento humano. O segundo princípio estabelece que a existência absolutamente necessária, cuja negação não é pensável, é maior do que a existência relativamente contingente, cuja negação é pensável. A conjunção deste princípio com o nome anselmiano de Deus inviabiliza a hipótese de pensar a não-existência de Deus. E a articulação de ambos princípios com o nome anselmiano de Deus, resulta, assim, na ideia de que não só a existência de Deus é real e necessária, como, em virtude dessa necessidade, a não-existência de Deus é impensável. A tarefa que Xavier assume na primeira parte do livro é a de testar rigorosamente as consequências de tais conteúdos filosóficos sob a forma de uma *quaestio* escolástica composta por três artigos, contendo, cada um, quatro argumentos a favor, uma secção dedicada aos argumentos contra, a resposta e – à excepção do terceiro artigo – quatro objecções aos argumentos a favor. Na secção dedicada a argumentos contra, antes de responder, a autora introduz agilmente o leitor na história filosófica de refutações da hipótese temática de cada artigo, percorrendo os argumentos de autores como Agostinho, Tomás de Aquino, Duns Escoto, Ockham e Kant.

O primeiro artigo explora a hipótese de o argumento de *Proslogion* operar uma inferência directa da existência de Deus como perfeição da sua essência. Neste artigo, Xavier examina criticamente a relação entre as ordens da essência e da existência no âmbito da articulação do nome anselmiano de Deus com os dois princípios referidos. O que aqui estará em jogo é a aferição da natureza da dedução anselmiana, podendo esta ser directa ou mediada.

O segundo artigo tematiza a hipótese de o argumento anselmiano constituir um argumento *a priori*. Neste artigo é avaliada – entre outras questões – a relação do conceito de “o insuperavelmente pensável” com o de “ente supremo” constante do argumentário *a posteriori* de *Monologion*. O conceito de “ente supremo” expressa uma relação de supremacia face a todos os outros entes, cuja consideração baseia um argumento *a posteriori* para a existência de Deus. Já o conceito “o insuperavelmente pensável” não só nega a relação de inferioridade face a algum pensável superior, como nega, por omissão, a relação de supremacia expressa no conceito de “ente supremo”. Por um lado, esta dupla negatividade parece isolar o conceito “o insuperavelmente pensável” da relação com algo a partir do qual seja operada uma construção *a posteriori*. Por outro lado, para que possa ser compreendida, a negação nega, pressupondo uma afirmação da-

quilo que é conhecido. E a afirmação negada é a de uma relação, cujo conhecimento poderá informar um argumento *a posteriori*. Estes são, entre outros, argumentos que Xavier discute neste artigo.

O terceiro artigo desta *quaestio* debruça-se sobre a hipótese de o argumento anselmiano viabilizar um argumento com uma estrutura idêntica a favor da existência real e necessária de um mal insuperavelmente pensável. Tal argumento simétrico, apelidado de “argumento demonológico”, foi pensado por Michael Tooley para refutar o argumento anselmiano (“Plantinga’s Defence of the Ontological Argument”, 1981). Todavia, para a autora, não é esse o verdadeiro alcance da possibilidade de, pelo argumento anselmiano, se encontrar o seu reflexo invertido que, com ele, constituiria uma dualidade.

O leitor é, desta forma, preparado para a segunda parte do livro, na qual são avaliados os alcances prospectivo e retrospectivo do argumento anselmiano, tendo em vista questionar como foi possível a filosofia contemporânea ter virado Anselmo contra a sua tradição filosófica através do argumento simétrico. Xavier concorda com Tooley no que respeita à possibilidade de, a partir do argumento anselmiano, ser construído um argumento a favor da existência real e necessária de um mal insuperavelmente pensável. Todavia, a autora destaca-se da abordagem analítica de Tooley na medida em que não lê os argumentos anselmiano e simétrico como meros argumentos formais. Com efeito, o argumento anselmiano depende dos dois juízos supra-referidos que – por não constituírem regras de inferência lógica, nem tendo sido questionados ou deduzidos por Anselmo – são, pela autora, tomados como juízos metafísicos. Ora, se o argumento anselmiano depende de dois juízos de natureza metafísica, o argumento simétrico também sofrerá essa mesma dependência. A autora não ignora o facto de que Anselmo se inscreve numa tradição da não-substancialização do mal. Para Xavier, segundo a ontologia anselmiana, pode conceber-se o mal como um oposto não-substancial de Deus, que é um bem insuperavelmente pensável. Neste sentido, o mal anselmiano poderia até ser entendido como “algo menor do que o qual nada possa ser pensado” (p. 74 e “Riflessioni Critiche sulla Lezione di Maria Leonor L. O. Xavier, A Questão do Argumento Anselmiano”, 2011). Contudo, parece ser possível construir o argumento simétrico por via dos dois juízos metafísicos de maior se estes forem adaptados a uma ontologia que observe a evidência da realidade positiva do mal. E, se assim for, – contra Tooley – a dupla de argumentos não invalida o argumento único de *Proslogion*. Ela conduz, antes, a um dualismo metafísico do bem e do mal, que destrói as antigas alianças entre o ser, o uno e o bem. Como foi, en-

tão, possível que a História tenha viabilizado esta adaptação? Ou, como foi possível reerigir o espectro de uma metafísica maniqueísta? Esta é a questão com a qual Xavier desafia o leitor, percorrendo a história da filosofia desde Parménides e considerando a história dos eventos dos séculos XX e XXI.

A terceira parte do livro é dedicada àquilo a que a autora apelida de “Questão da Autonomia do Primeiro Princípio”. Num primeiro momento, esta parte explora as diferenças entre os modelos aristotélico e neoplatónico de pensamento acerca do primeiro princípio. O modelo aristotélico concebe o primeiro princípio como uma inteligência de si, que é incausada. Dada a primazia desta primeira causa, ela não poderia ser causada por outra causa e, dada a sua perfeição, ela não poderia ser efeito de si própria. Neste sentido, o modelo aristotélico da autonomia do primeiro princípio é frontalmente incompatível com uma hipótese de auto-causação. Por sua vez, para o modelo neoplatónico de Plotino, a auto-causação é sinal de perfeição. Ela constitui a forma de conceber o primeiro princípio sem ofender a sua unidade. É a auto-causação que garante a identidade entre causa e efeito no primeiro princípio uno. E esta auto-causação é operada pela vontade de si, que é una, e não pela inteligência, que comporta a dualidade entre sujeito e objecto, sendo, por isso, posterior ao uno. Neste sentido, o modelo neoplatónico de Plotino concebe o primeiro princípio como “uma auto-produção volente mas inconsciente, que não obtém senão mediatamente consciência de si” (p. 89). Plotino adopta a auto-causação do primeiro princípio para salvaguardar a sua unidade. Contudo, é por essa mesma razão que a tradição preponderante da filosofia medieval rejeitará o modelo neoplatónico da auto-causação, para a qual a auto-causação comporta uma dualidade irreduzível de causa e efeito. É, assim, com o confronto entre os modelos aristotélico e neoplatónico, que Xavier prepara o leitor para a segunda secção desta terceira parte, na qual esclarece os princípios que informam a rejeição da *causa sui* e a função que estes exercem no pensamento de Agostinho, Anselmo e Duns Escoto acerca do primeiro princípio. Por fim, na terceira e última secção, a autora procede à actualização histórica da questão da autonomia do primeiro princípio, não já como questão teológica, mas como questão metafísica sobre a liberdade na qual os temas aristotélicos e neoplatónicos da ‘inteligência’, da ‘vontade’ e da ‘causalidade’ são redimensionados.

Esta é uma obra que expõe um profundo conhecimento do argumento anselmiano. Nela, a autora investe um rigor analítico notável, tratando questões filosóficas de evidente dificuldade com enorme limpidez. Esta obra tem também o mérito de resgatar a perenidade da especulação meta-

física clássica e medieval como substrato necessário à presente construção de uma história, cujo sentido não se encontra na mera contingência.

*Francisco Corboz*

M. Leonor XAVIER (coord.), *Francisco da Gama Caeiro. A presença 20 anos depois*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2015.

*Francisco da Gama Caeiro. A presença 20 anos depois*, obra coordenada por Maria Leonor Xavier, e que reúne contributos de mais de uma dezena de homens (e mulheres) constitui uma renovada homenagem ao Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas, antigo subdirector da Faculdade de Letras, o primeiro presidente (1992-1994) do Instituto de Filosofia Luso-brasileira, co-director da *Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia* e director da monumental obra monumental, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, membro actuante da Ordem Terceira de São Francisco, autor de 2 volumes sobre Santo António de Lisboa (que ainda hoje são referência incontornável nos estudos antonianos nacionais e internacionais), e de uma vasta bibliografia, de onde ressalta a sua investigação em áreas como o Pensamento Medieval e a Filosofia Portuguesa. Mas constitui também este livro a homenagem ao mestre e arguente, ao colega e ao amigo que Francisco da Gama Caeiro foi para estes autores que aqui o celebram em discurso, ora comovido e próximo, ora solene e atento à sua obra filosófica.

A obra distende-se por duas partes, mediadas por um manuscrito redigido pela própria mão de Francisco da Gama Caeiro, aqui publicado e transcrito pela primeira vez, acerca da criação do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

A primeira parte, intitulada “Francisco da Gama Caeiro e o valor das instituições”, integra um conjunto de testemunhos que dão conta do convívio pessoal dos autores com o Professor, no contexto específico da Universidade, invocando, porém qualidades e laços de amizade que extravasaram, certamente, os muros da escola, mas sedimentados na e pela escola, que, como podemos ler nas páginas deste livro, parecia constituir para Francisco da Gama Caeiro, não apenas um valor de direito próprio, mas o lugar próprio da cultura e transmissão de valores.